

# promontoria

Revista de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve

Ano 12 - N.º 12  
2015 - 2016

**Editor**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade do Algarve  
Campus de Gambelas, Faro  
promontoria@ualg.pt

**Comissão Editorial**

António Paulo Oliveira  
Maria João Valente  
Renata Malcher de Araujo

**Dossier Algarve Rural**

Miguel Reimão Costa  
Susana Calado Martins

**Conselho Científico**

Cláudio Torres (Campo Arqueológico de Mértola)  
Cristiana Bastos (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)  
Joaquim Romero Magalhães (Universidade de Coimbra)  
Jorge Alarcão (Universidade de Coimbra)  
José Eduardo Horta Correia (Universidade do Algarve)  
Jean Pierre Molenat (Centre National de la Recherche Scientifique, França)  
Lawrence G. Straus (University of New Mexico, Estados Unidos da América)  
Maria Jesus Viguera (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)  
Michael Kunst (Deutsches Archäologisches Institut, Alemanha)  
Pedro Dias (Universidade de Coimbra)  
Zília Osório de Castro (Universidade Nova de Lisboa)

**IMPRESSÃO**

Gráfica Comercial – Loulé  
[geral@graficacomercial.com](mailto:geral@graficacomercial.com)  
[www.grficacomercial.com](http://www.grficacomercial.com)

**TIRAGEM**

250 exemplares

ISSN 1645-8052

DEPÓSITO LEGAL N.º 199519/03

# **Uma leitura da arquitetura tradicional da região do Algarve do espaço urbano ao espaço rural: os repertórios dos ornatos em relevo e dos trabalhos em massa**

Marta Santos

Doutoranda em Arquitetura, Conservação e Restauro  
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Miguel Reimão Costa

Universidade do Algarve / CEPAC, CAM - CEAACP

João Pernão

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

José Aguiar

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

## **Enquadramento**

O revestimento de fachadas com ornamentação em relevo marcou uma nova estética na apresentação da arquitetura doméstica da região do Algarve, entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX. A diversidade e originalidade iconográfica das técnicas ornamentais identificadas neste estudo, ainda em curso, com incidência em contexto urbano e rural, revelam a erudição da manufactura das técnicas de execução e de modelação da ornamentação e estabelecem paralelos aos repertórios divulgados em manuais da época. Alguns acontecimentos urbanos enquadraram a ampla utilização desta arte ornamental, que se intensificou e se expandiu pelas periferias urbanas e povoamentos rurais, em momentos particulares.

A observação da ornamentação nos vários exemplares arquitetónicos ainda existentes na região do Algarve, bem como a leitura dos seus repertórios ornamentais, tem permitido o exercício de mapeamento de eventuais fontes de inspiração ou de influência entre encomendantes e executantes. A identificação sistemática destes repertórios tem permitido a interpretação da ornamentação da arquitectura doméstica desta região à luz das motivações emergentes à época assim como da chegada de fontes externas à região. A partir da análise das relações entre os contextos urbano, periurbano e rural tem sido possível estabelecer percursos e influências preferenciais, configurando-se como fontes e veículos de transmissão e comportando a transferência de tecnologias e iconografias que circulavam em forma de estampas ou em manuais de formação do ofício.

### **A arte decorativa das fachadas: ornamentação em argamassas de revestimento exteriores**

“Elles [os estuques] tem tido, e merecem ter estimação; mas entre nós usarão-se com furor como huma moda, e assim acabarão; de sorte que alguns estucadores moços applicarão-se á pintura; outros buscarão outros modos de vida. Hoje está aqui esta Arte quasi extincta.” (Machado 1823: 219)

Esta frase de Cyrillo Volkmar Machado revela de forma evidente a importância que a arte *de fazer Ornato e Figura* foi perdendo na ornamentação de interiores e exteriores da arquitetura do país a partir da segunda década do século XIX. Na arquitetura do Algarve os programas decorativos desta *arquitetura fingida* vai deixar continuidades na arquitetura doméstica dessa região, reinterpretando repertórios ao *gosto* regional que irão prevalecer até às décadas de 40 e 50 do século XX, como se verá nos pontos seguintes.

Embora na atualidade, esta arte ornamental seja já mais reconhecida como valor patrimonial e objeto de alguns estudos, ainda que parcelares e em âmbito académico, é certo que a valorização da ornamentação destes *estuques exteriores* na arquitetura esteve esquecida durante a historiografia do século XX. Num dos primeiros documentos que aborda esta *arte do estuque*, Diogo de Macedo (1942) alude, de forma muito sumária, ao esquecimento desta arte no panorama das artes decorativas e artísticas no país e dos seus notáveis mestres: “É verdade. A arte do estuque, os modeladores humildes dessas lindas coisas que caíram em desuso, que a moda assassinou, ainda não foram aqui louvados. É tempo, pelo menos, de lembrar meia dúzia de nomes que se notabilizaram entre nós com obras extraordinárias nessa especialidade” (Macedo 1942: 271). Nas suas Notas de Arte, Diogo de Macedo deixava algumas indicações sobre a importância que alguns mestres vindos de Itália tiveram na dinamização da arte ornamental do nosso país, logo no início do século XVIII, da sua relevância na proximidade à clientela da Fábrica da Igreja e ao acesso às Obras Reais, ornamentando importantes obras: “A arte de estucador, arte de luxo, acarretava bons proventos aos seus cultores e ainda hoje, em templos e salões ricos, guardamos espécimes desses tempos.” (Macedo 1942: 272)

Mestres modeladores que já haviam iniciado a sua rota oficial pela Europa (Mendonça 2009: 36-37) encontraram em Portugal um lugar fértil para dar continuidade à sua arte. Com eles se juntariam outros, franceses e alemães, trazendo consigo o gosto “cheios de tarjões, ornados com búzios, conchas, etc. E algumas ervas, muito amarrotadas, que caíram no gôto dos proprietários e dos clérigos” (Macedo 1942: 273), transportando também com eles referências estampadas que circulavam pelos importantes estaleiros de obras da Europa (Cavi

2015: XLV) e de *Álbuns* de viagem, com minuciosos registos escritos e desenhados, das várias obras de arte executadas em Roma com destino a Lisboa no reinado de D. João V (Mandroux-França 2015: 49).

De forma mais regular, Flório de Vasconcelos publicou alguns dos resultados da sua investigação de campo (Vasconcelos 1959), alertando por diversas ocasiões (Vasconcelos 1961, 1966, 1991, 1997) para a importância do estudo do estuque, referindo-se aos exemplares aplicados tanto no interior como no exterior das superfícies arquitetónicas. Escreve em 1966 que

“(…) na história dos estuques portugueses, vamos referir-nos a uma outra modalidade da decoração arquitectónica que, embora não sendo rigorosamente um estuque – pois o seu material nem sempre é o gesso – cremos poder abranger [...], dado que formal e esteticamente, e, até, no processo de execução, lhe é inteiramente semelhante. Queremos referir-nos às decorações escultóricas, de massa de cal e areia, apostas no exterior de edifícios, em vez da decoração em pedra. Chamámo-lhes estuques exteriores [...] e encontram-se sobretudo no Sul do país, pela simples razão de que um clima seco é essencial à sua conservação. Normalmente substituem decorações que seria usual realizar em pedra: cornijas, sobreportas, e remates de janelas, frisos, molduras de óculos e cartelas. Mas, também os encontramos espalhando-se em volutas e motivos vegetalistas sobre as paredes” (Vasconcelos 1966: 41).

Mas apesar da permanência ao longo dos tempos desta técnica de ornamento relevado na arquitetura, e não obstante os valiosos contributos científicos e campanhas de investigação concretizadas, os ornatos de relevo e os trabalhos de massa, continuaram no esquecimento nas diversas áreas disciplinares do património. E este “esquecimento” é tão mais evidente quanto se reflete, ainda hoje, na dificuldade de compreensão do léxico específico associado a esta arte ornamental que, por não ter sido ainda analisado de forma sistemática, suscita por vezes incertezas de significado e com atribuições diversas.

A “importação” de tratados estrangeiros para Portugal foram regulares (Rojas 2002, 2008, Cavi *et al.* 2015), o que contribuiu, por um lado, para a ampla utilização e integração das técnicas das artes da cal na arquitetura, e, por outro, para a introdução de algumas nomenclaturas importadas de outros contextos geográficos, associada à diversidade terminológica no campo dos revestimentos, dificultando por vezes a identificação, caracterização e compreensão do elemento ornamental. Denominações como estuques exteriores<sup>1</sup>, *stuccos*<sup>2</sup>, massas de pedra<sup>3</sup>,

<sup>1</sup> Referido frequentemente na obra publicada de Flório de Vasconcelos (Vasconcelos 1966: 40-41).

<sup>2</sup> Relativo a “*Stucâre*”, referindo-se ao acto de “primir” ou “comprimir” a argamassa (Barila 2001).

<sup>3</sup> Referência à documentação escrita de alguns contractos de obra em particular as às obras atribuídas ao “arquitecto – artífice” Diogo Tavares de Ataíde (Faro, 1711 – Lagoa, 1765) (Correia 2004; Santana 2005).

massas de pedreiro<sup>4</sup>, estuque de ornato<sup>5</sup>, são usuais nas diversas referências bibliográficas, podendo estar referenciados relativamente às formulações das argamassas (pela incorporação de ligantes como o gesso, por exemplo), às suas técnicas de execução (para a diferenciação às técnicas de *stucco-lustro*, do *stucco-marmo* ou da *scagliola*<sup>6</sup>), ou ainda em conformidade com o período histórico ou a área geográfica.

A referência à palavra “ornato” surge na especificação do ornamento aplicado à arquitetura em particular às artes de estuque (Rodrigues 1875), dando particular relevância na decoração arquitetónica e associando, por vezes, o “relevo”, integrando o baixo-relevo e o alto-relevo, que requer modelação por adição de argamassa, por contraposição às técnicas que operam por subtração da última camada de revestimento como é exemplo o “esgrafito”.

### A ornamentação da arquitetura em contexto urbano

Se, por um lado, podem ser reconhecidas períodos específicos de início das campanhas urbanas mais representativas que balizam as extremas das intervenções urbanas e arquitetónicas, por outro, é com mais dificuldade que se tem acesso às cronologias das construções de iniciativa privada, em particular as que paulatinamente se ajustam às transformações urbanas e reconfigurações arquitetónicas e iniciativas de “embelezamento” de fachadas. No entanto, alguns momentos de transformação urbanas ocorridas no período de Oitocentos são estruturantes para a imagem das cidades, introduzindo uma arquitetura ornamentada que as diferencia dos períodos anteriores.

Embora o trabalho de campo da presente investigação ainda não esteja concluído<sup>7</sup>, já permitiu reconhecer três fenómenos urbanos fundamentais que se associam e que têm contribuído para uma explicitação de como a ornamentação arquitetónica se manifesta em contexto urbano: a abertura de novos traçados urbanos, com bastante relevância das novas avenidas, praças e *Passeios Públicos*; o surgimento, no interior dos centros urbanos consolidados, de “bolsas” urbanizáveis que irão sendo disponibilizadas para as novas construções; e por último as variadas

---

<sup>4</sup> Expressão referenciada usualmente no registo oral de mestres construtores na região do Algarve referente a argamassas que se caracterizam por incorporar exclusivamente a cal aérea como ligante com uma criteriosa seleção de agregados e, posteriormente, pela modelação ou processo de raspagem das massas ainda em estado *fresco*.

<sup>5</sup> Referência à palavra “ornato” relativa ao ornamento aplicado à arquitetura em particular às artes de estuque (Rodrigues 1875).

<sup>6</sup> Referente a técnicas de revestimento de simulação de rochas ornamentais (Aguiar 2002: 176).

<sup>7</sup> Projeto de investigação “*Conservação de superfícies arquitetónicas da região do Algarve: Os ornatos em relevo e os trabalhos de massa*”, desenvolve-se no âmbito do Doutoramento em Arquitetura, Conservação e Restauro da FAUL, com orientação do Doutor João Pernão (Professor Auxiliar da FAUL) e co-orientação do Doutor José Aguiar (Professor Associado da FAUL) e do Doutor Miguel Reimão Costa (Professor Auxiliar da UALG). Financiamento FCT (SFRH/BD/88732/2012).

iniciativas públicas e privadas de “embelezamento” das fachadas e alinhamento das construções existentes (figura 1).

Embora estes fenómenos urbanos se insiram numa conjuntura mais ampla e caracterizadora do desenvolvimento das cidades ao longo do século XIX, não sendo a região do Algarve um caso isolado, verifica-se também, por um outro lado, que a região tem ao longo da sua história contextos sociais, económicos e políticos articulados e que beneficiamos da leitura destes fenómenos urbanos e arquitetónicos para a necessária interpretação do ornamento nas superfícies arquitetónicas. São também fatores urbanos e arquitetónicos que, de uma forma mais ou menos transformadora, irão contribuir para incorporar novas linguagens estéticas no edifício e na imagem urbana, e para integrar novos repertórios decorativos que se constituirão, também eles, como veículos de circulação da arte ornamental destes estuques exteriores por toda a região do Algarve.

### ***A casa ornamentada nas novas Avenidas***

O crescimento industrial, a produção agrícola e a exportação dos seus produtos para os mercados nacionais e para o estrangeiro foi fundamental para o crescimento urbano das cidades na região do Algarve, afirmando a importância de novos traçados urbanos e contribuindo para novas necessidades de habitação. A relevância económica e comercial dos centros urbanos, face às necessárias adequações à industrialização, característica das últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, foram determinantes para as transformações urbanas ocorridas que deram também resposta à necessidade de habitação para a fixação das gentes de *fora* (requerida nas atividades conserveiras e de transformação com produção mecanizada e que exigiria ritmo de trabalho constante e anual) e em ciclos migratórios (exigidas nas campanhas agrícolas sazonais).

Este contexto, alargado a toda a região, resultará em intervenções na cidade de grande envergadura que corresponderam às necessidades urbanas daquela época: abertura de novos eixos viários, construção de nova habitação, instalação de saneamento, rede elétrica e construção de novos equipamentos. Foram também acompanhadas pela emergência de uma conceção de melhoria das condições de higiene, de salubridade e de habitabilidade que adquiriram maior importância naquela época (Lisboa 2002: 132) e que exigiram novas soluções para o espaço urbano e para os novos modelos da habitação. Neste período, serão inaugurados os vários troços de caminho-de-ferro pela região<sup>8</sup>, favorecendo a circulação entre cidades e o escoamento direto dos produtos regionais para os

---

<sup>8</sup> A ligação de Lisboa a Faro foi concluída em 21 de Fevereiro de 1889. Em 1904 estabeleceu-se a ligação em Olhão e Fusetas. Em 1905 chega a Luz de Tavira e Tavira e termina a 1906 em Vila Real de Santo António. A ligação ao Barlavento estabelece-se com as estações de Algoz (1889), Tunes – Portimão(1903) e Lagos (1922). (CP 2015)

mercados da região e da capital, proporcionando vantagens de proximidade das vilas às vias de transporte e comunicação e com acesso mais facilitado às rotas de exportação. São também melhoradas as redes viárias de entrada e saída das vilas, incentivando a fixação da população, tanto no centro urbano, como ao longo das vias de acesso, consolidando a expansão e o crescimento do tecido urbano.

A expansão da malha urbana traduziu-se usualmente num traçado regular, ortogonal, com amplas avenidas, largos e praças, adquirindo as novas vias um grande impacto urbano, marcado pela imagem das construções de finais do século XIX e princípios do século XX. Antevendo possibilidades de investimento e lucro, alguns industriais nacionais e estrangeiros são atraídos para a região e, juntando-se a outros já residentes, acabaram por se afirmar na comunidade e exercer influência nas vilas e cidades da região. Comerciantes e famílias mais abastados iam adquirindo parcelas urbanas e construindo as suas residências ao longo das *novas* avenidas, ruas principais e largos das vilas, em sintonia com as novas dinâmicas urbanas (figura 2).

Também as casas de proprietários agrícolas e de industriais se implantaram nas novas ruas, compreendendo a habitação permanente em vila urbana, geralmente situadas na proximidade dos núcleos fabris e junto dos pólos comerciais e de exportação dos seus produtos. Esta dinâmica e economia agrícola, pesqueira e marítima, consolidaram na região um grupo de encomendadores que se motivaram por uma estética arquitetónica que fosse reveladora da sua capacidade económica e nas suas *atualizadas* posições sociais, e que introduziram na arquitetura doméstica, construções com formulários e tipologias diferenciadoras da época anterior, assumindo características formais distintas, por vezes, associando um projeto de *autor* e empregando mão-de-obra especializada e, nalguns casos, oriunda do exterior.

Um gosto *eclético* irá predominar no programa decorativo de algumas fachadas que servem de suporte à ornamentação em relevo de gosto *revivalista*, com propostas decorativas de evocação do passado histórico, com inspirações de gosto neoclássico, remetendo, nalguns casos, para cenários de feição neo-barroca ou romântica (Correia 1986: 76), beneficiando das gramáticas estilísticas de referências arquitetónicas anteriores e conjugando vários modelos. Alguns repertórios ornamentais são inspirados em estampilhas que circulavam na época, constituindo conjuntos de desenhos de referenciar e produzidos em manuais de ofício de desenho de ornato e que eram lecionadas nas práticas de ensino profissional.

Do gosto urbano e burguês do século XIX e do início do século XX resulta também o desaparecimento dos antigos beirados e a popularização das platibandas (as águas pluviais deixam de ser projetadas nas ruas, e passam a ser conduzidas por canalizações), daqui resulta uma ampliação da área ornamentadas com ornatos em relevo nas fachadas.

O repertório que vigorava revela o gosto pela arte decorativa, extensivo também aos interiores da habitação e incorporados na decoração fixa das superfícies arquitetônicas, como o estuque ornamental. Foi também possível concluir no decurso desta investigação que muitos dos repertórios decorativos utilizados eram aplicados tanto no interior como no exterior das construções, confirmando a utilização do mesmo molde, ainda que distinguindo a composição dos materiais constituintes. Por um lado, observa-se a transposição direta de estampagens, reproduzindo na íntegra os motivos que disponíveis nos manuais de estucadores e, por outro, a reprodução de apenas partes das mesmas, o recurso a variantes ou a conjugação de vários desenhos, revelando a preocupação do executante em adaptar o elemento decorativo ao paramento da fachada. Também a escala do ornamento poderia ser ajustada, em função da altura da construção, da sua posição, da altura da platibanda e da relação com os elementos de remate de pilastras e cunhais.

Estes álbuns com pormenorizados desenhos constituíam um “cardápio” de soluções ornamentais que serviram tanto o gosto do encomendador como de referência ao executante para a sua modelação. A composição ornamental com soluções vegetalistas são as privilegiadas, sendo usuais as que recorrem aos festões de grinaldas com fitas esvoaçantes, elementos floridos isolados ou compondo cartelas. Por vezes, são usadas em simultâneo, nas décadas de 20 e 40 do século XX, linguagens inspiradas em formulários de *Arte Déco*, adequados a um gosto regional e local, reproduzindo temas iconográficos inspirados na ornamentação *eclética*, embora privilegiando a modelação floral e acompanhado com frisos em azulejo com composições florais estilizadas. Apesar dos avanços industriais daquela época, a construção da habitação ainda aplicava uma tecnologia construtiva tradicional e que será apenas alterada nas décadas seguintes, e de forma quase irreversível, com a introdução generalizada da tecnologia do betão armado e a introdução do cimento nos revestimentos arquitetónicos.

### ***A casa ornamentada nas novas Urbanizações***

Ainda na primeira metade do século XIX, um conjunto de cercas, hortas e fazendas constituíram-se como “bolsas” disponíveis para a expansão das cidades. Lugares que se encontravam disponíveis, por vezes, associados a áreas de cultivo no interior dos núcleos urbanos que haviam perdido importância. A sua localização também contribuiu decisivamente para que estas áreas fossem muito apetecíveis para a urbanização, oferecendo espaços livres na malha urbana consolidada para intervenções de expansão e renovação urbana. É nestas áreas urbanas construídas de raiz, por vezes associadas a planos de urbanização, que tem sido possível observar a consolidação de propostas ornamentais que, de algum modo, se inserem na fase de “industrialização” da arte ornamental. Beneficiando dos avanços tecnológicos, acabarão por acompanhar a solução arquitetónica e construtiva de raiz

com a rápida execução, propondo a ornamentação *standardizada* de um conjunto de modelos de ornatos em relevo, que são reproduzidos sistematicamente nas fachadas destes conjuntos urbanos.

O avanço tecnológico referido incide sobre a modelação exterior à obra, com recurso a moldes pré-definidos, rígidos, em gesso ou madeira e aço. Caracterizam-se por moldes e formas que assentam na reprodução do desenho de ornato, estabelecendo repertórios “fixos” que se difundiram com maior facilidade, permitindo uma reprodução em maior quantidade dos elementos e de uma forma “mecanizada” na produção decorativa, que conferiu uma expressão “industrial” à ornamentação da arquitetura (figura 3).

Esta tecnologia do ornato em relevo, de expressão industrializante, vai sendo explorada a partir dos finais do século XVIII, e que tem paralelos tecnológicos com a arte de estatuária antiga, para a reprodução e criação artística (Mascarenhas 2014: 69-70). Assiste-se a um avanço tecnológico na modelação ornamental que difere da execução à lanceta manipulada de forma artesanal, em contexto oficial, diretamente sobre a superfície arquitetónica. Esta havia vigorado nas obras de ornamentação anteriores, cujos motivos ornamentais estariam mais suscetíveis à criação espontânea do seu executante vinculados simultaneamente às referências oficiais a que o executante estava dependente para a sua formação e experiência profissional.

Já a execução em série do ornato relevado, por meio de reprodução em molde e em formas, facilitou a encomenda por intermédio de estampas e catálogos divulgados na época que circulavam por entre as várias oficinas, servindo também de referência para o ensino do desenho em arquitetura e da arte ornamental. Estes elementos ornamentais conferiram maior autonomia na composição decorativa da arquitetura, funcionando como peças escultóricas, ainda que mantendo o carácter de composição na fachada.

Um exemplo bastante revelador deste fenómeno “industrial” do ornato de relevo na arquitetura é a horta do Júdice em Olhão que corresponde a uma área urbanizada logo nas primeiras décadas do século XX e que retoma a linguagem arquitetónica da malha urbana já consolidada em finais do século XIX (Romba 2015: 91) que se estende até à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (figura 4). Neste conjunto arquitetónico, as habitações que ainda mantêm os elementos decorativos na fachada subsistem em número significativo, revelando uma proposta associada a repertórios de ornatos em relevo com técnica de bancada, característico das técnicas de revestimento da fase da pré-industrialização. Foram identificados repertórios com propostas de ornamentação fitomórfica nos remates de platibanda e em elementos de fecho nos cunhais, mantendo a proposta vegetalista nos elementos de preenchimento das platibandas, como o elemento central, presentes nos vários exemplares de fachada ao longo desse conjunto urbano.

Este conjunto de arruamentos, com lotes de largura relativamente semelhante, são compostos por uma média de 40 parcelas em cada frente de rua, com as fachadas dos edifícios a ocuparem toda a largura disponível do lote. A proposta arquitetónica de *janela-porta-janela*, ou apenas de *porta-janela* em lotes de menor dimensão, mantém a composição arquitetónica da ornamentação, com elementos similares entre si. A construção de um mirante, enquanto parte de um processo evolutivo da habitação (Lopes 1947, Romba 2013: 63), para acrescento de um piso superior sobre a habitação original, irá também compreender a introdução de elementos ornamentais nos paramentos de remate que poderão remeter para o repertório utilizado na “casa-mãe” ou utilizar, de forma corrente e simples, os elementos ornamentais não-compostos que se repetem genericamente por vários mirantes de casas vizinhas, evocando o carácter de “industrialização” desta ornamentação.

Um outro exemplo característico desta fase de ornamentação “industrial” foi identificado na vila da Fuseta, num conjunto com paralelos, a nível da sua circunstância urbana e arquitetónica, ao conjunto arquitetónico mencionado anteriormente em Olhão (Romba 2008, Pacheco 2009). Na Fuseta, as propostas arquitetónicas relativas ao conjunto urbano que se desenvolve entre a Igreja Matriz e a atual rua Magalhães Lima, configuram um carácter modular do loteamento, com larguras homogéneas dos lotes encostados lado a lado. Correspondem a uma segunda fase de evolução urbana da vila, conformando um processo de expansão noroeste/sudeste que ocorre a partir de 1847, em resultado, precisamente, da construção daquele templo (Pacheco 2015: 109). Neste conjunto urbano a banda habitacional é construída como um todo, com compartimentos distribuídos em profundidade, com corredor central nas propostas de *janela-porta-janela* no lote médio, ou de *duas janelas-porta-duas janelas* nos lotes de maiores dimensões. O corredor lateral é utilizado no lote de menor dimensão apenas com *porta-janela*. A proposta ornamental é mantida nas várias situações, nos remates de pilastras e preenchimento de platibandas, sendo registados repertórios ornamentais semelhantes com os elementos em Olhão.

#### ***A casa ornamentada na regulamentação e no embelezamento da arquitetura***

A transformação da fachada e a adaptação a uma nova linguagem comporta a introdução de elementos ornamentais em construções pré-existentes. Este *embelezamento* da edificação surge, por um lado, para responder aos imperativos regulamentares da época e, por outro, para satisfazer o gosto do proprietário. Este vai ser um dos momentos marcantes da adaptação de construções existentes com o propósito de introdução da ornamentação, correspondendo a um programa estético para a fachada que, embora possa recorrer apenas a intervenções pontuais, vai promover uma alteração significativa da imagem da arquitetura e conseqüentemente do conjunto urbano. Os inúmeros processos

administrativos que encontramos nos arquivos históricos e nos diversos serviços municipais de obras particulares referentes a pedidos de alteração da construção para renovação de fachadas são reveladores desta conjuntura.

Em Lisboa foram criados um conjunto de diplomas reguladores que terão repercussões por todo o país. A Câmara Municipal de Lisboa, que se sobrepõe à Intendência das Obras Públicas (Silva 1997: 540), empenhada no “*aformoseamento*” e higienização da cidade, implementa diversos planos reguladores da arquitetura, com publicação de Posturas Municipais, Planos de Melhoramentos e “renovamento de fachadas”, proporcionando várias campanhas de ordem pública e privada replicada em diversos contextos urbanos. Estes diplomas legisladores terão grande impacto, exigindo aos requerentes a submissão de um conjunto de peças escritas e desenhadas para os necessários pedidos de renovação e construção.

Um dos instrumentos reguladores fundamentais ocorre em Lisboa em Fevereiro de 1836, regulando a obrigatoriedade da apresentação de um projeto para a necessária aprovação de obras, prevendo que

“Ninguém poderá d’ora em diante dar começo á edificação ou reedificação, sem primeiro apresentar o risco á Camara Municipal, e obter d’esta a necessária aprovação, anunciando-se sanções para o seu incumprimento – constituem o fundamento legal de uma nova competência reassumida pela edilidade: a apreciação dos riscos, prospectos ou desenhos submetidos pelos munícipes com vista a nova construção, reconstrução, melhoria ou embelezamento de prédios de rendimento, palácios e casas nobres, fábricas e oficinas.” (AML 1836: art. 2º)

No Algarve, a obrigatoriedade de *entrega* de projeto para a submissão de pedido de licença de obra é relativamente recente e difere nos vários municípios da região. Verifica-se na leitura dos processos em arquivo que a maioria destes que contém peças desenhadas surgem a partir de 1935-1950, e nem sempre o respetivo pedido de submissão do projeto é obrigatório e vinculativo, verificando-se que o registo de entradas dos pedidos não surge de forma constante. Também a documentação que acompanha os processos varia, o que dificulta a sua comparação. Na maioria dos casos, o pedido é acompanhado por uma breve nota explicativa, referenciando o requerente e a sua intenção, anexando eventualmente uma planta e só excepcionalmente juntando os restantes desenhos (planta, alçado e desenhos de alterações – a demolir e a construir).

Os processos de *embelezamento* das cidades, durante este período, são enquadrados pela publicação dos Editais e Posturas Municipais, combinando as campanhas de renovação com os processos de expansão urbana. Os projetos de alterações para renovação de fachada podem propor o alinhamento da construção com o alinhamento dominante dos arruamentos, a elevação da cércea do edifício, a marcação de falsas pilastras e remates entre pisos, a integração de uma composição simétrica da fachada acompanhada pelo realinhamento de vãos e

redefinição de prumadas, a conversão de janelas de peito em janelas de sacada, e a introdução da varanda corrida e de novos gradeamentos em ferro.

A introdução de platibanda, objeto de postura municipal própria com cronologias diferenciadas em cada cidade (por exemplo 1848 em Faro ou 1916 em São Brás de Alportel), vem regulamentar a obrigatoriedade de “recolher as águas pluviais ou quaisquer outras dos telhados ou varandas de suas casas e a conduzi-las em canos cobertos pela parede até ao nível do chão” (ADF 1872: art. 33º), dando lugar à alteração da linha de beirado, substituindo-o ou ajustando-o à recolha das águas. É utilizado como solução construtiva a descontinuidade do telhado, propondo a introdução de uma caleira de recolha das águas, entre a água do telhado e o beirado, desviando as águas pluviais para as extremidades da construção por meio de tubagem, ou pela substituição do beirado por um paramento de remate no prolongamento da fachada, podendo nalguns casos resultar na introdução da açoteia.

O elemento da platibanda vai tendo configurações diversificadas, surgindo como paramento e posteriormente ornamentado, ou com cercadura em balaustrada com elementos pétreos ou em faiança e rematadas com estatuária, jarrões, fogaréus ou pinhas. Neste contexto de “*aformoseamento*” da arquitetura a arte ornamental das fachadas com recurso a ornatos em relevo e trabalhos de massa ganham um novo impulso: os trabalhos de massa e argamassas decoradas são utilizados para dar maior volume a cimalthas; os socos e os cunhais adquirem estereotomias para simulação de pedra; o paramento da platibanda é ornamentado; e as pilastras têm elementos de fecho de remate.

Estas circunstâncias regulamentares contribuíram para a introdução de novas propostas estéticas, abrindo lugar para os revivalismos, ecletismos e exotismos que iam acompanhando as renovações arquitetónicas nas diversas cidades na segunda metade de Oitocentos. Com origem em Lisboa (Tojal 2002: 120), estas novas propostas foram gradualmente abrangendo as restantes cidades à medida que iam implementando diversas normativas de regulamentação da habitação.

### **A “contaminação” ornamental na casa periurbana e em contexto rural**

O registo sistemático dos exemplares existentes na região tem permitido observar que a ornamentação da casa em contexto rural se inscreve num período cronológico bem demarcado entre a segunda década do século XIX e que se prolonga até às primeiras décadas do século XX. A casa deste período compreende alguns elementos bem reconhecidos da arquitetura da região: a platibanda, a chaminé recortada a telha e ladrilho e os revestimentos arquitetónicos associados à generalização da caiação ou à presença das pinturas decorativas, e cujo carácter

ornamental da arquitetura doméstica da região do Algarve já tem sido substancialmente referenciado por diversos autores<sup>9</sup>.

Podem-se registar alguns momentos particulares desta “contaminação” ornamental que se estende do contexto urbano às periferias e que depois se fixa nos principais eixos de acesso às localidades, se consolida em núcleos rurais de menor dimensão, ou, muito pontualmente, se insere no monte serrano conformando a distinção da casa do lavrador mais abastado.

As dinâmicas de transformação arquitetónica em contexto urbano referenciadas anteriormente vão ser também frequentes em contexto rural: a construção de uma “nova” casa de raiz, com fachada correspondendo ao desenho de planta, introduzindo o corredor central e dependências laterais; mas também adaptando o desenho da fachada da construção-base, redefinindo e alinhando vãos, integrando cantarias provenientes das zonas calcárias, introduzindo a platibanda e incorporando ornamentação no paramento.

### ***A casa urbana ornamentada na periferia e o caso da casa-fachada em contexto rural***

“Seguem-se depois os lavradores. Mas também como já sabemos a agricultura é a base da riqueza não só dos lavradores, que vivem em suas fazendas, como dos grandes da terra, como ainda de quantos empregam nela os seus haveres. Carpinteiros, sapateiros e outros mestirais procuram ter o seu figueiral ou a sua vinha. [...] Seguem-se os mais especializados dos oficiais mecânicos: [...] carpinteiros, marceneiros, pedreiros [...] são estes os que não se tendo por gente se não apanharem figueiral seu ou arrendado, se viram para a terra para onde emigram no tempo do alacil, embora morando nos centros urbanos” (Magalhães 1970: 228-229).

As dinâmicas inter-relações entre a cidade e o campo já eram identificadas no século XVI em processos de permanentes contactos e influências mútuas. A existência de uma “elite”, disposta de propriedades em contexto rural, e que manteria a sua habitação na cidade, terá também influenciado a *estética* da arquitetura da época, contribuindo para a disseminação de um conjunto de repertórios decorativos que, sendo usuais em contexto urbano, se iriam introduzir noutros lugares fora da cidade.

A circulação de mão-de-obra que se estabeleceria entre núcleos urbanos, intensificou as vias principais de acesso como uma *rota* para o processo de transferência ornamental – um modelo construtivo que se deixaria influenciar pela rede de vizinhança entre centros urbanos e nas suas relações com as comunidades

---

<sup>9</sup> Correia 1919, Louro 1929: 385-386, Feio 1950, Amaral *et al.* 2004 [1961], Oliveira, Galhano 1992, Ribeiro 1998: 32-22, Dias: 1993, Costa 2008: 203-205, Santos 2008, Santos 2012.

agrárias. Estas dinâmicas deverão ter também tido repercussões na escolha de repertórios que remetiam para soluções construtivas mais complexas presentes nos centros urbanos mais próximos e transferidos, por uma mão-de-obra local, para as coleções de ornatos de relevo registados em áreas rurais.

Por outro lado, os exemplares de génese urbana identificados na periferia e em contexto rural regista numa clara simplificação do programa ornamental por comparação com as obras realizadas em contexto urbano, o que é particularmente evidente em edifícios de maior envergadura. Esta simplificação do programa ornamental é também acompanhada pela diminuição da quantidade de elementos em relevo presentes na decoração. A identificação destes repertórios e da influência da ornamentação em contexto urbano deixa ainda revelar o “gosto” que predominava nos repertórios estabelecidos na ornamentação da arquitetura doméstica que acabou por se autonomizar num período mais tardio em contexto rural.

Um outro momento particular da ornamentação na habitação em contexto rural é o exemplo da *casa-fachada*. A definição de *casa-fachada* tem vindo a ser aplicada (Costa 2008: 123) por revelar a importância que o plano frontal da construção – a fachada – adquire na leitura da habitação, correspondendo a uma mudança significativa na organização interna na habitação – introdução frequente de corredor central de acesso a um quarto de cada lado, com marcação do eixo de simetria da fachada através do vão da porta de entrada. O remate de cobertura em platibanda, a introdução de cantarias de calcário, ou na ausência destas a sua “simulação” com trabalhos em massa, a integração das chaminés em balão ou rendilhadas, reforçam a imagem de uma arquitetura proveniente do Algarve litoral, amplamente utilizada em contexto urbano, e que nas áreas rurais vai adquirir preponderância a partir do início da segunda metade do século XIX (Costa 2007: 319).

A *exaltação* da fachada é ainda mais ostensiva quando conjugada com as diversas técnicas de revestimento que integram o conjunto das artes da cal, nomeadamente, os barramentos, os *marmoreados*, os esgrafitos e os ornatos de relevo e trabalhos de massa. Este conjunto de revestimentos arquitetónicos constituem-se, eles próprios, como a “modernização” da arquitetura, diferenciando-a das construções simplesmente caiadas ou com paramentos sem argamassa de revestimento que seriam genericamente a solução utilizada na maioria nos assentamentos rurais da área serrana.

A utilização destas técnicas de revestimento na habitação, exigindo mão-de-obra especializada e a necessidade de utilização de quantidade de cal significativa que seria um material necessariamente importado das áreas de calcário do Baixo Algarve, estaria ainda assim apenas acessível, na área serrana, a uma clientela restrita que beneficiava de algum desafogo económico, razão pela qual estas construções estariam associadas aos lavradores mais abastados.

### ***Aproximações aos repertórios ornamentais do espaço urbano ao espaço rural***

Devido à ausência de inventários sobre os ornatos em relevo e trabalhos de massa na arquitetura doméstica, em particular da região do Algarve, a inventariação sistemática revelou-se desde logo ser uma das etapas fundamentais para o desenvolvimento da investigação em curso. A ferramenta de inventário, para além de constituir um instrumento que auxilia a interpretação da ornamentação na arquitetura doméstica da região, representa também, uma das medidas fundamentais para a sua salvaguarda.

A tarefa de cotejar os motivos decorativos deve ser um exercício cauteloso, evitando extrapolações abrangentes. No entanto, a análise apoiada na observação dos exemplares ainda existentes, comparando e analisando os diferentes elementos ornamentais, auxilia a identificação das ocorrências na construção, a interpretação das classes de motivos e padrões, e o tipo de execução e modelação. A comparação entre motivos, que depende do registo sistemático dos diversos exemplares, permite identificar similitudes ornamentais, quer pela utilização de desenhos e moldes, quer pelo reconhecimento das técnicas de modelação aplicadas. Este processo de análise auxiliará assim na identificação eventual de oficinas regionais, na interpretação da sua produção ornamental, bem como na própria identificação e localização dos seus exemplares construídos. Poderá ainda sugerir a provável circulação de moldes e de desenhos, entre artífices de diferentes oficinas, que atuavam em vários locais da região.

Um dos casos exemplificativos da circulação de algumas estampilhas que eram utilizadas frequentemente como referência para a ornamentação em relevo, pode ser observado em aplicações de preenchimento de platibanda numa habitação no centro urbano de Portimão e noutra habitação na Estrada Nacional 124, na freguesia de Cachopo, concelho de Tavira. A aproximação destes dois exemplares é sugerida pelo padrão que é formado na reprodução do círculo, em repetição linear, pela similitude da cor avermelhada utilizada no fundo, assim como pela escala idêntica nos dois exemplares (elemento circular com 35cm de diâmetro em ambas as situações).

Outros elementos ornamentais que sugerem a aplicação de moldes similares são os vários ornatos que frequentemente são utilizados no fecho de pilastras, os quais são identificados com frequência em contexto urbano, reproduzidos com significativas similitudes ou apenas com ligeiras variações, surgindo também de forma relevante em contexto periurbano (figura 4).

As composições ornamentais autónomas, aplicadas com frequência no preenchimento de paramentos, em particular na platibanda, são elementos em que é possível identificar um significativo número de fatores de comparação. Estes conjuntos de ornamentação têm sido objeto de uma comparação mais cautelosa, de modo a auxiliarem na interpretação de várias conjunturas possíveis: a produção oficial que vigorava na época, as técnicas de modelação predominantes e o

contexto arquitetónico em que se inserem. A análise cuidada destes elementos permitem ainda observar o detalhe da técnica de execução, os acabamentos finais aplicados no ornato e o desenho que serviu de molde para a reprodução e modelação (figura 5).

Algumas das composições que dominam a linguagem estilística observáveis em contexto urbano são reconhecíveis nos desenhos que circulavam em estampas e manuais: frisos ornamentados com óvulos e dardos marcando os limites arquitetónicos da construção; festões floridos, grinaldas de louros, laços e fitas ondulantes, motivos florais ornamentam os paramentos da fachada; composições com elementos vegetais ou geométricos, mascarões femininos, elementos inspirados em animais e seres fantásticos colocados em posição central na platibanda ou em remate de pilastras e cunhais. Alguns repertórios “locais” podem também ser observados, nomeadamente: a preferência de composição de elementos vegetais, com enrolamentos de folhagens integrando folhas de lótus ou flor-de-lis, na ornamentação de palmetas para o remate de pilastras; e os concheados que dominam as composições que ornamentam o remate de cantarias e fecho de paramentos de platibanda.

Em construções coevas, identificadas entre a segunda e a terceira década do século XX, tem-se verificado a utilização quase “direta” de um mesmo conjunto de modelos, que poderiam ser bastante similares. Já em construções de épocas mais recentes, foram identificadas simplificações ornamentais e adequações estilísticas próprias da alteração de “gosto” na adequação estética daqueles períodos. De facto, os exemplares que integram o inventário em curso têm registado a descontinuidade da ornamentação nas décadas de 40 e 50 do século XX, eventualmente por corresponder à fase de declínio de uma cultura das artes da cal que se mantinha até então nos revestimentos arquitetónicos das habitações da região do Algarve.

### **Considerações finais**

Num período que se estendeu do último quartel do século XIX até à segunda metade do século XX, os ornatos em relevo e os trabalhos de massa adquiriram uma presença bastante representativa na ornamentação da arquitetura doméstica da região do Algarve. Embora seja necessário um esforço de reconstituição da imagem urbana das vilas e cidades daquele período histórico, condicionada pelo suporte que a documentação desenhada, escrita e fotográfica fornece, a existência de um número significativo de exemplares por toda a região tem posto em evidência a urgência e pertinência para a interpretação deste fenómeno ornamental na arquitetura.

A casa ornamentada nas avenidas e novas áreas de expansão urbana constituem alguns dos acontecimentos significativos apontados para que esta arte ornamental se disseminasse e influenciasse alguns dos repertórios decorativos na região, manifestando-se também nas áreas periféricas das vilas e em contexto rural. O estudo da linguagem decorativa destes conjuntos arquitetónicos tem permitido identificar e caracterizar alguns dos repertórios ornamentais, relacionando-os com gravuras que circulavam em importantes oficinas de Lisboa e que serviram de influência e de motivações para as elites locais ou para os encomendadores mais abastados da região.

A rarefação em mão-de-obra especializada para os necessários trabalhos de conservação, o desconhecimento das técnicas de modelação dos elementos ornamentais, e a falta de sensibilização sobre esta arte ornamental, têm levado ao acentuado estado de degradação, ruína e demolição. A identificação, o registo e a interpretação dos exemplares ainda existentes na região do Algarve, que tem sido considerada no âmbito da presente investigação, constituem um instrumento fundamental para a sua salvaguarda.

O auge do gosto ornamental das fachadas urbanas, no decorrer do século XIX e primeiro quartel do século XX, coincide também com um especial apreço pela cultura da cidade e que nos legou a maior parte das edificações da cidade consolidada a que hoje chamamos “património urbano”, ou “centros históricos”. Reabilitar uma (a cidade) pressupõe conservar e restaurar estes elementos de um vocabulário essencial para a compreensão dos tempos e leitura da imagem urbana histórica, que hoje tanto valorizamos.

## Fontes

ARQUIVO DISTRITAL DE FARO, CÂMARA MUNICIPAL DE FARO (1872) – Posturas Municipais, B/A 4-2, art.º 1º, 29 de Julho de 1872.

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA (1836) – Edital de 20 de Fevereiro de 1836, artigo 2º, Nota de rodapé n.º 145 – AML – AC, Editais, Edital de 20 de Fevereiro de 1836, mf. B-031/93

## Bibliografia

AGUIAR, José (2002). *Cor e cidade histórica: Estudos Cromáticos e Conservação do Património*. Porto: FAUP.

AMARAL, Francisco Keil do [et al.] (2004) [1961]. *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.

BARILA, Giuliana (2001). Lo stucco nella trattatistica: Varianti tecniche e modalità operative nell'Italiadell'Ottocento. In *Lo Stucco. Cultura, Tecnologia, Conoscenza*. Veneza: Edizioni Arcadia Recherche S.r.l., pp. 427-436.

CALDAS, João Vieira (2007). *A Arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve*. Tese de doutoramento em Arquitectura. Lisboa: Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

CAVI, Sabina (Ed.) (2015). *Dibujo y ornamento. Trazas y dibujos de artes decorativas entre Portugal, España, Italia, Malta y Grecia*. Córdoba: Universidad de Córdoba.

COMBOIOS DE PORTUGAL (2015) – Cultura ferroviária: Cronologia Histórica do Comboio em Portugal. Disponível na Internet: <https://www.cp.pt/institucional/pt/cultura-ferroviaria/historia-cp/cronologia> [Consulta a Outubro de 2015]

CORREIA, José Eduardo Horta (2004). Raízes da originalidade e diversidade do barroco português. In *Anais do VI Colóquio Luso - Brasileiro de História da Arte*. Rio de Janeiro, Vol. I, p.375-395.

CORREIA, José Eduardo Horta (2010) [1986]. A arquitectura algarvia do séc. XVI ao séc. XIX: tentativa de caracterização. In *O Algarve em património*. Olhão: Gente Singular Editora, pp. 71-80.

CORREIA, Virgílio (1916). *Chaminés do Sul*. Terra Portuguesa, Revista ilustrada de arqueologia artística e etnografia. Lisboa: Oficina do Anuário Comercial, pp. 21-27.

COSTA, Miguel Reimão (2007). Das “casas de trave” às de parede de cumeeira: processos de transformação dos montes da Serra do Caldeirão. In *Promontoria, Revista de História, Arqueologia e Património*, N.º 5. Faro: Universidade do Algarve.

COSTA, Miguel Reimão (2009). *Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve - Forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular*. Tese de doutoramento em arquitectura. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

DIAS, Jacinto Palma, BRISSOS, João (1994). *O Algarve revisitado*. Loulé: Tipografia Comercial.

FEIO, Mariano (1950). *Le Bas Alentejo et l' Algarve* (Livret – guide de l'excursion E), XVI Congrès International de Géographie (UGI). Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.

LEAL, João (2000). *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. Cultura Popular e Identidade Nacional. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- LINO, Raul. Casas Portuguesas (1933). *Alguns apontamentos sobre o architectar das Casas Simples*. Lisboa: Livros Cotovia.
- LISBOA, Maria Helena (2002). *Engenheiros em Lisboa. Urbanismo e Architectura (1850-1930)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LOPES, Francisco Fernandes (1947). Olhão, terra de mistério, de mareantes e de mirantes. In *Revista de Turismo*, n.º 76. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa.
- LOURO, Manuel Francisco do Estanco (1986) [1929]. *O livro de Alportel, monografia de uma freguesia - concelho*. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel.
- MACEDO, Diogo (1942). A arte do estuque. *Ocidente*, vol. XVII. N.º 49, Maio, 1942, pp. 271-273.
- MACHADO, Cyrillo Volkmar (1823). *Collecção de Memorias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architectos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal, recolhidos e ordenadas por Cyrillo Volkmar Machado, Pintor ao serviço de S. Magestade o Senhor D. João VI*. Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1970). *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos.
- MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse (2015). Roma, Lisboa, Rio de Janeiro, Londres e Paris. A longa viagem do Álbum Weale (1745-1995), pp. 39 – 57. In *De Roma para Lisboa. Um Álbum para o Rei Magnânimo*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- MASCARENHAS, Alexandre (2014). *António Francisco Lisboa. Moldagens de gesso como instrumento de preservação da sua obra e o processo construtivo nas oficinas de escultura em Portugal a partir do século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga, GALHANO, Fernando (1992). *Arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- PACHECO, Mafalda Batista, CALDAS, João Vieira Caldas (2015). Ecos mediterrânicos no urbanismo e na arquitectura da Fuzeta. In *Actas 1º Congresso Internacional Arquitectura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- PEIXOTO, Rocha (1904). *A Casa Portuguesa*. Obras, Volume I. Estudos de Etnografia e Arqueologia. Póvoa do Varzim: Câmara Municipal da Póvoa do Varzim.
- PROENÇA, Raul (1991). Algarve in *Guia de Portugal. Estremadura, Alentejo, Algarve*, 1ª edição 1927. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RIBEIRO, Orlando (1992) [1961]. *Geografia e civilização – Temas portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.
- RODRIGUES, F. (1875). *Diccionario Technico e Historico de pintura, esculptura, architectura e gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ROJAS, Ignacio Garate (1999). *Artes de los Yesos: yeserias y estucos*. Madrid: Instituto Espanhol de Architectura, Universidade de Alcalá.
- ROJAS, Ignacio Garate (2002). *Artes de la Cal*. Madrid: Instituto Espanhol de Architectura, Universidade de Alcalá.
- ROMBA, Sandra (2015). *Evolução urbana de Olhão*. Olhão: Editora Sul, Sol e Sal.

- SANTANA, Daniel (2005). *Contributos para o estudo da arquitectura religiosa setecentista no Algarve. A actividade do "Entalhador de pedra" Diogo Tavares de Ataíde /1711-1765*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SANTOS, Marta (2008). Argamassas e revestimentos. In RIBEIRO, Vítor (coord. geral). *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributos para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. Faro: CCDR Algarve, pp.104-117.
- SANTOS, Marta (2012). *As superfícies arquitectónicas da região do Algarve: Contributos para a salvaguarda dos revestimentos tradicionais*. Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e núcleos Urbanos. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- SILVA, Raquel Henriques (1997). *Lisboa Romântica. Urbanismo e Arquitectura 1777-1874*. Tese de Doutoramento em História da Arte. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- TOJAL, Alexandre Arménio (2006). Arquitectura doméstica em Faro na segunda metade do século XIX. Normas e práticas. In *Monumentos*, n.º 24. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 130-139.
- VASCONCELOS, Flório (1959). *Subsídios para a História do Estuque Decorativo em Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.
- VASCONCELOS, Flório (1961). Três estuques anteriores ao Barroco, separata da *Revista Museu*, 2ª série, n.º 3, 1961, pp. 4-12.
- VASCONCELOS, Flório (1966). *Considerações sobre estuque decorativo*. Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga, Vol. 2. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga.
- VASCONCELOS, Flório (1991). *Estuques decorativos do Norte de Portugal*. Lisboa – Porto: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Regional de Artes Tradicionais.
- VASCONCELOS, Flório (1997). *Os Estuques do Porto*. Porto: Câmara Municipal de Porto.



Figura 1 - Alguns exemplares identificados em contexto urbano, nomeadamente em Loulé (imagem data de 1941, Arquivo CML), Olhão, Faro, Monchique e Algoz.

(Imagens referenciadas de cima para baixo e da esquerda para a direita).



Figura 2 - Representação do lugar da Horta do Júdice em Olhão (Adaptação de CMO e Romba 2015: 91), e de alguns exemplares arquitectónicos e elementos ornamentais daquele lugar, nomeadamente Rua Diogo Cristina, Rua Serpa Pinto, Rua Capitão Nobre, e elementos ornamentais localizados no edifício da Rua Serpa Pinto n.º31 e na Rua Nova do Cruz n.º 54.

(Imagens referenciadas de cima para baixo e da esquerda para a direita).



Figura 3 - Alguns exemplares identificados em contexto rural, nomeadamente na Bordeira (freguesia de Santa Bárbara de Nexe, concelho de Faro), Moncarapacho (concelho de Olhão), na Charneca (freguesia de Querença, concelho de Loulé), na Corte da Seda (concelho de Alcoutim), no Joinal (freguesia de São Bartolomeu de Messines, concelho de Silves) e no Lagoão (freguesia de Moncarapacho, concelho de Olhão).

(Imagens referenciadas de cima para baixo e da esquerda para a direita)



Figura 4 - Repertórios ornamentais similares em contexto urbano e em contexto rural. O exemplo de um edifício no centro urbano de Loulé com destaque para os elementos ornamentais na fachada, outro exemplar no centro urbano de Moncarapacho com paralelos ornamentais com exemplar em zona rural da freguesia de Moncarapacho, e edifício localizado em Salir onde revela paralelos decorativos com alguns exemplares no contexto urbano de Loulé.

(Imagens referenciadas de cima para baixo e da esquerda para a direita)



Figura 5 - Alguns repertórios ornamentais registados em diferentes contextos urbanos, nomeadamente em Loulé, Moncarapacho, Faro, Fuseta, Tavira e Castro Marim.

(Imagens referenciadas de cima para baixo e da esquerda para a direita).

Nota: As fotografias são da autoria de Marta Santos, com excepção das imagens com a referência CML (imagem de 1941 e que integra o espólio fotográfico do Município de Loulé – Fototeca do Museu Municipal de Loulé) e CMO (adaptação à base cartográfica cedida pelo Município de Olhão), e nas quais se agradece a autorização de publicação.